

TRECENTÉSIMO

Roberto Figueiredo Guimarães

Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Este é o trecentésimo artigo que escrevo para esse espaço desde o início da pandemia da Covid-19 em março/2020. Nestes quase seis anos, muita coisa aconteceu na economia.

Com o isolamento social iniciado em 2020, o país executou políticas de transferência de renda aos mais necessitados e injetou liquidez na economia. As políticas monetária e fiscal foram extremamente expansionistas.

Com a flexibilização dos negócios em 2021, veio a inflação e a elevação das taxas de juros, que, quando chegou em dois dígitos em 2022, levou a Banco Central a ser cada vez mais conservador na execução da política monetária.

A agenda de reformas do Congresso Nacional ficou praticamente paralisada em 2022, ano de eleições polarizadas. Veio 2023 e com ele um novo arcabouço fiscal, ainda ineficaz para gerar resultado primário positivo, e a aprovação da reforma tributária sobre o consumo.

Iniciamos 2024 com o lançamento de uma nova política industrial e o aumento dos ruídos nas relações entre os Poderes da República. A economia vinha crescendo em torno de 3,2%a.a., mas já sofreu em 2025, ano de muita volatilidade e desconfiança sobre os rumos da política fiscal, os efeitos das elevadas taxas de juros.

Nos últimos dois anos, até que o Congresso Nacional conseguiu aprovar muitos projetos de lei, alguns deles ligados à transição energética. Por outro lado, parece ter cobrado caro por isso, pois os valores das emendas parlamentares já ultrapassam a cifra de R\$ 50,0 bilhões/ano, inibindo a capacidade de investimento do governo federal.

Chegou 2026, mais um ano de eleições polarizadas e a economia continua na dependência dos setores exportadores de *commodities* e de políticas de sustentação da demanda via transferência de renda. Investimentos continuam tímidos, exceto os de infraestrutura que estão bombando. E a indústria de transformação, andando de lado.